

Pelas profundezas da interseccionalidade

RESENHA

Camila Santos Pereira

E-mail: fycamila@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Anamaria Ladeira Pereira

E-mail:

anamariatudojunto@gmail.com

[m](#)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

O livro de Carla Akotirene “O que é interseccionalidade?” (2018), destinado a todas as pessoas que desejem engajar-se na luta antirracista, constitui-se em uma contribuição inigualável para repensar conceitos epistemológicos e desafiar a historicidade dos feminismos e das ciências, a partir de uma crítica da colonialidade. Essa publicação integra a Coleção Feminismos Plurais, coordenada pela intelectual Djamilia Ribeiro, que tem como finalidade tratar de temas como o feminismo negro, racismo estrutural, encarceramento em massa e disponibilizar a custo acessível seus lançamentos. Mestre e doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia, Akotirene desenvolve uma obra dividida em seis atos. Levando em consideração sua pesquisa aprofundada e densa acerca da interseccionalidade, um diferencial em seu trabalho são as referências. Estas convertem-se em um capítulo à parte, após os cinco que ela apresenta.

No primeiro capítulo, “Cruzando o Atlântico em memória da interseccionalidade”, a autora introduz os fundamentos principais para compreender o conceito. Desde a criação do termo pela pensadora afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw até as desmistificações necessárias das leituras eurocêntricas e neoliberais que acabam esvaziando-o. A perspectiva do cruzamento do oceano, em suas ondas de encontros entre trajetórias, marcadores sociais e opressões, interpretados a partir das tradições Yorubá, eleva a potência analítica da obra. É imprescindível salientar o Atlântico como testemunha da maior atrocidade da humanidade, isto é, os sequestros contínuos por centenas de anos e uma política de aniquilamento de milhões de vidas africanas e de seus descendentes. Uma história dilacerante, cujos efeitos ainda são vivenciados séculos depois.

Trabalhar com a interseccionalidade significa “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2018, p. 14). A nascente dessa reivindicação acontece nas lutas, nas contestações e vidas de mulheres negras ao redor do globo. Ao constatar o silenciamento dessas contribuições pelo meio acadêmico, os pensamentos de intelectuais que combatem e evidenciam a exclusão tornam-se fundamentais para um entendimento interseccional. Sua base referencial parte de autoras como Patricia Hill Collins, Audre Lorde, Grada Kilomba, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez entre tantas outras. Anterior a essas produções, a história de Sojourner Truth representa um símbolo histórico entre as articulações de raça, classe e gênero no campo de disputas políticas

burocráticas. No seu discurso de 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, *E não sou uma mulher?*, Truth questiona o suposto tratamento dócil que as mulheres recebiam, pois ela havia passado pelas amarras do escravismo e, como mulher negra, vivenciado no cotidiano os obstáculos dessa sociedade. Sendo assim, seu pioneirismo elucida o enfrentamento das mulheres negras contra as lógicas autoritárias colonizadoras, que atravessam e afetam as pessoas de formas diferentes. A complexidade do conceito também está presente em conceber as posições distintas, dentro do sistema capitalista, de sofrer opressões e reproduzi-las. Esses dois elementos não são excludentes.

O pensamento interseccional nos leva a reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências. Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultas heterossexuais” (AKOTIRENE, 2018, p. 40).

No entanto, é preciso atenção para não produzir uma espécie de competição entre indivíduos subalternizados. Como afirma Audre Lorde, “não existe hierarquia de opressão” (LORDE, 2009, p. 219). No desfecho deste capítulo, há um contundente embasamento para defender, no lugar de feminismo interseccional, o feminismo negro como referência no combate às multideterminadas discriminações. Nesse sentido, ressalta-se o trabalho intelectual das feministas negras, dado que partiu delas a sugestão da interseccionalidade como metodologia e isso precisa ser evocado, tendo como base a perspectiva antirracista.

Em “Vamos pensar direito: interseccionalidade e as mulheres negras”, a origem do conceito no meio judicial e o perigo da generalização do seu uso são aprofundadas. A autora põe em evidência as dificuldades metodológicas práticas do feminismo branco, do movimento negro e das instâncias de direitos humanos em enxergar a interseccionalidade, pois sequer conseguem perceber que esta diz respeito não apenas a múltiplas identidades, mas representa uma “lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (AKOTIRENE, 2018, p. 58). Suplantar a mirada tradicionalmente branca e masculina constitui uma condição essencial, segundo Akotirene, para pôr em destaque as especificidades das situações em que mulheres negras são marginalizadas, de modo a romper com estruturas que as vulnerabilizam. Isto posto, pode-se reconhecer com maior facilidade que beber na fonte do feminismo negro e, por conseguinte, incorporar os letramentos interseccionais resulta imperativo para que o pensamento feminista consiga ver raça além de gênero e o pensamento antirracista possa abarcar gênero além de raça. Se não for assim, tais abordagens, que pretendem reagir a certas opressões, contribuem para reforçar outras. De que forma, imprescindíveis melhorias para uma determinada realidade, poderão ser implementadas se dadas existências não são nomeadas e sequer visíveis? Como consequência dessa nefasta invisibilidade, as diferenças interseccionais de mulheres não brancas vêm sendo ignoradas na formulação básica de políticas públicas. Como exemplos a autora cita as delegacias de atendimento à mulher inacessíveis durante os períodos de maior incidência de violência contra mulheres negras moradoras de bairros periféricos. Além disso, ao contrário do propósito de boa parte das mulheres brancas agredidas, é concebível ansiar pelo fim da violência doméstica sem desejar que os companheiros acabem atrás das grades. Apesar de configurar algo ininteligível para a branquitude, não é complexo compreender que, como parte

de um projeto de extermínio, a polícia que abandona as mulheres negras à própria sorte para morrer em casa é a mesma que, no espaço público, encarcera e mata os homens negros.

Nos capítulos seguintes, “Atlântico e diferença entre irmãs” e “A crítica de Angela Davis”, críticas indispensáveis sobre interseccionalidade são feitas. No primeiro, há um conjunto bem articulado acerca da sororidade e suas limitações, cuja relação com as palavras irmã e afeto “dá a falsa impressão de existir empatia e homogeneidade de posicionamento terceiro mundista, africano e estadunidense contra o colonialismo moderno.” (AKOTIRENE, 2018, p. 72). No posterior são enfatizadas as barreiras que o conceito pode apresentar, principalmente ao ocultar as atuações de mulheres negras anteriores à criação do termo. Como Angela Davis é abolicionista penal, os usos desses discursos para aprisionar homens negros é tensionado novamente. A intelectual define como “feminismos carcerários”, empenhados na punição de homens negros. Como agravante, “o desprestígio das lágrimas de mulheres negras invalida o pedido de socorro político, epistemológico e policial” (AKOTIRENE, 2018, p. 64).

Para finalizar essa longa jornada, mas sem pôr um fim nos deslocamentos, em “Cruzar o Atlântico nem sempre encerra a travessia”, a coragem de Kimberlé Crenshaw, a dimensão prática e o envolvimento direto com a justiça são mais uma vez ressaltados. Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, defensora dos direitos humanos, comprometida com as lutas antirracista e LGBTQI+ possui um local de destaque no encerramento da produção. Sua trajetória e envolvimento políticos caracterizam os cruzamentos entre as submissões construídas socialmente. No entanto, sua força reverbera para além de qualquer conceito, pois a importância de milhares de vidas ainda precisa e será reivindicada.

Carla Akotirene brinda o público leitor com uma obra de importante envergadura ético-político-epistemológica, convite sensível e forte a quem demonstra engajamento ou pretenda engajar-se no antirracismo, pela seara da interseccionalidade. Seu livro é um encontro entre intelectuais negras, cada uma em sua lida política particular a des(a)fiar o racismo e as regulações e opressões de gênero. Histórias de muitas lutas empreendidas por muitas mulheres, como a luta por produzir teoria. Sendo este um dos seus principais objetivos, a intelectual manifesta com assertividade e segurança saberes oportunos que abrem caminhos para sobrepujar as dominações brancas, eurocêtricas, heterocisnormativas e neoliberais. Com *O que é interseccionalidade?*, Carla Akotirene problematiza o presente, convidando-nos a prosseguir vivendo-pensando no rastro das epistemologias da ancestralidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

LORDE, Audre. **I am your sister: collected and unpublished writings of Audre Lorde.** Oxford: Oxford University Press, 2009.

Recebido: 29/04/2020.

Aprovado: 29/05/2020.

DOI: 10.3895/cgt.v14n43.12146.

Como citar: PEREIRA, Camila Santos; PEREIRA, Anamaria Ladeira. Pelas profundezas da interseccionalidade. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 532-535, jan./jun. 2021 Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Camila Santos Pereira

Rua Fernandes Vieira, 299, Piratini, Alvorada, Rio Grande do Sul.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

